

A Praieira revisitada: considerações sobre o debate

A Reappraisal of the Praieira
Rebellion: Considerations
Concerning the Debate

**Marcus Joaquim Maciel de
Carvalho**

Professor no Departamento de
História da Universidade Federal de
Pernambuco

**Bruno Augusto Dornelas
Câmara**

Doutorando em História pela
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

O objetivo central do nosso texto foi apresentar ao público leitor não apenas as diversas faces da Insurreição Praieira, mas também compartilhar os debates em torno dos problemas que podem ser investigados a partir do estudo de um movimento que encantou toda uma geração de historiadores. A Praieira não é apenas um evento relevante. Ela também é um microcosmo através do qual podemos observar vários aspectos da história do Brasil imperial, com uma vantagem em relação a outros movimentos coevos: sobre ela existe uma rica historiografia e, sobretudo, muitas fontes disponíveis.

Abstract

The aim of our paper was to introduce the public not only to the multiple aspects of the Praieira Rebellion, but also to foster the debates concerning crucial problems that, if one has the Praieira movement as a focal point, might be further researched. That rebellion is much more than an event, it is above all a microcosmos that enables a closer look on different aspects of the Brazilian imperial history. Furthermore, the Praieira Rebellion has an advantage when compared to other movements from the same period: many scholars have already researched and written about it, and there are a handful of sources available for further studies.

Palavras-chave

revolta / rebelião, homens livres pobres, práticas políticas

Keywords

uprising / rebellion, poor free people, political practices

O objetivo central do nosso texto foi apresentar ao público leitor não apenas as diversas faces da Insurreição Praieira, mas também compartilhar os debates em torno dos problemas que podem ser investigados a partir do estudo de um movimento que encantou toda uma geração de historiadores. A Praieira não é apenas um evento relevante. Ela também é um microcosmo através do qual podemos observar vários aspectos da história do Brasil imperial, com uma vantagem em relação a outros movimentos coevos: sobre ela existe uma rica historiografia e, sobretudo, muitas fontes disponíveis. A Praieira, portanto, foi e é, um campo fértil de debates. Infelizmente, a crítica do Professor Luiz Geraldo Silva foi produzida a partir de uma leitura muito abreviado do nosso artigo. É estranha sua preocupação em "defender" teses que não foram contestadas no nosso artigo e apresentar outras bastante tradicionais e até mesmo superadas como se fossem hipóteses defendidas por nós. Na sua argumentação inclusive, cita estudos clássicos de José Murilo de Carvalho (não contestados em nosso texto), ou mais recentes, como o de Jeffrey Mosher, cujas principais hipóteses centrais foram por nós corroboradas, mesmo porque algumas delas confirmam estudos anteriores de Marcus J. M. de Carvalho, citados pelo próprio Mosher. Defender ponto a ponto nossas idéias, todavia, seria perda de tempo, uma vez que grande parte dessa defesa está, no próprio artigo, que pode ser lido por quem quiser e desejar entender não apenas o caminho metodológico que seguimos, mas, sobretudo, conhecer um pouco da Insurreição Praieira.

Porém, para clarificar ainda mais nossa intenção, vale à pena, conferir alguns aspectos centrais apresentados no nosso texto. O primeiro deles diz respeito ao caráter analítico e metodológico que empregamos nesse estudo. Evitamos apresentar a Praieira em bloco para não reificar um movimento que foi vivenciado por diferentes atores de maneiras singulares que correspondiam às circunstâncias e condicionamentos específicos de cada um dos grupos envolvidos. A soma (ou talvez o múltiplo) de tudo isso é a Insurreição Praieira. Estudando a Praieira, pode-se perceber aspectos cruciais das disputas senhoriais pelo poder político local no Brasil imperial. Pode-se ainda investigar os limites do clientelismo, que também não é um "dado", como parece entender a crítica do Prof. Luiz Geraldo da Silva, e sim uma relação, como pontuamos no texto, na qual o cliente também atua, inclusive desobedecendo e agindo de forma a quebrar os elos da própria relação na qual está inserido. A Praieira também serve para analisar o berço dos partidos no Brasil imperial, em suas intensas contradições, uma vez que eram resultados de uma cultura política dinâmica e volátil, que vinculava as práticas políticas específicas das elites locais à corte no Rio de Janeiro, através de suas representações na Câmara, Senado, Conselho de Estado e Gabinetes. Os partidos, portanto, também não podem se reificados, como se tivessem programas fixos, desde o nascimento.

Aliás, é importante lembrar, seguindo Mosher, citado várias vezes por nós no texto, que a "nacionalização do comércio a retalho" era uma demanda que distinguia claramente o programa do partido liberal do programa do partido conservador. Mas essa distinção, Mosher deixa claro, não está em um "programa" formal, por uma razão muito simples, este não existia em 1848. Essa demanda encontra-se em discursos parlamentares, projetos de lei, manifestos de facções locais, como era o caso dos praieiros, textos esses abordados no nosso artigo, que demonstra, inclusive, que essa discussão já estava na historiografia clássica sobre o tema. Em termos

formais – cerne da preocupação da crítica – com programa e agendas publicadas, é bom lembrar que não existia um “partido liberal” em 1848. O que existia era uma “oposição parlamentar”, que assumiu o poder em 1844, durante cinco anos, período que depois ficou conhecido como “qüinqüênio liberal”. Liberais, praticamente todos o eram em 1848, ou ao menos assim se auto-percebiam. Uns conservadores, partidários da constituição de 1824 (como era o caso dos saquaremas) outros exaltados, mas todos, à sua maneira, liberais, exceto, é claro os corcundas absolutistas, em declínio depois da queda de Pedro I em 1831 e, quem sabe, um ou outro socialista utópico. Em nosso texto, inclusive, discutimos bastante essa questão, ao apresentar a relação entre os Cavalcanti e Araújo Lima com os saquaremas na Corte, e dos praieiros com Aureliano e outros ditos “liberais” no Parlamento. Essas relações eram complexas e multifacetadas. Merecem com certeza muito mais estudo. Consideramos que, ao invés de se preocupar com aspectos meramente formais da política, como pretende o Prof. Luiz Geraldo Silva, é bem mais importante tentar observar as práticas políticas dos participantes e não engessá-los em modelos eurocêntricos fixos. Os agentes movimentavam-se de acordo com as conjunturas que eles próprios vivenciavam. É exatamente essa a nossa perspectiva, que a crítica parece não entender.

Estudando a Praieira, pode-se também verificar as formas de organização e atuação proativa da população livre pobre urbana, dentro de suas circunstâncias e tradições de luta específicas, que não podem ser abordadas de uma forma eurocêntrica, como quer o texto crítica do Prof. Luiz Geraldo Silva, que pensa os mata-marinheiros e os manifestos dos artesãos do Recife como meros reflexos do 1848 europeu, quando sabemos demais que o Haiti, em muitos momentos era (e é) aqui, a França jamais. Ao reificar o antilusitanismo, fora de um contexto político específico, o texto de Silva contesta abordagens clássicas, como a de João José Reis, que há muito mostrou a relevância de se pensar de uma forma mais ampla os movimentos sociais no Brasil império, mas dentro de nossas especificidades.

Em sua argumentação, o Prof. Luiz Geraldo Silva vincula as “barricadas européias da década de 1840”, à Associação dos Artistas Pernambucanos e às ações e idéias dos seguidores de Borges da Fonseca. Para ele, o que ocorreu naqueles anos tem “estreita e evidente relação” com outras manifestações percebidas no “mundo atlântico”. Essa vinculação já havia sido feita nos estudos clássicos de Amaro Quintas, que o Professor Luiz Geraldo estranhamente ignorou e que foi um dos focos de toda a historiografia posterior. Até o próprio Borges da Fonseca, nos seus escritos posteriores a Praieira, já fazia essa vinculação com a Europa de 48, no que foi seguido por Eric J. Hobsbawm, há mais de trinta anos atrás. Preocupado com questões ideológicas, o ilustre historiador inglês lembra que a revolução européia de 1848 foi a “primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil) e, poucos anos depois, na remota Colômbia”¹.

O nosso texto não deixou de discutir essas teses e as ponderações de Marson sobre elas. Todavia, o que a historiografia recente tem criticado assazmente, é essa visão excessivamente eurocêntrica da História do Brasil, que o Professor Luiz Geraldo retoma e reafirma. Naro, Marson, Mosher e mesmo estudos citados pela crítica ao nosso texto, como os de Evaldo Cabral de Mello e Denis Bernardes, têm procurado evitar essa abordagem. A simultaneidade dos acontecimentos nos dois continentes, por si só, não

¹ HOBBSAWN, Eric J. *A era do Capital, 1848-1875*. (Weidenfield & Nicolson, 1962) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 10ª Edição, 1996. p.28, p.35. Pode-se até pensar que as petições feitas pelo “Povo do Recife” tenham algum tipo de vinculação com o movimento *cartista* na Inglaterra. Mas, os conteúdos desses documentos são bastante diferentes entre si. O que há de mais perto de qualquer referência aos anseios dos seguidores do radical londrino William Lovett é o Manifesto ao Mundo, escrito por Borges da Fonseca, apenas no que diz respeito ao sufrágio universal e ao voto secreto.

ligam pessoas e demandas sociais de realidades tão distintas como a Europa de Hobsbawm e o Brasil dos praieiros. Essa vinculação, na qual insiste o Professor Luiz Geraldo, decorre de uma antiga noção de "centro" e "periferia", muito ressaltada por alguns historiadores de forma até inconsciente. Quando a questão é formulada dessa maneira, a impressão que se tem é que os acontecimentos ocorridos no Brasil são meros apêndices de uma "história maior" européia, como se a nossa história começasse na Inglaterra ou na França. Para nós, os mata-marinheiros, as petições dos artesãos do Recife e as outras ações da chamada "população", vinculadas ou não à cúpula dos praieiros, a lideranças artesãs citadas no artigo, ou a Borges da Fonseca, devem ser vistas principalmente nas suas contingências específicas do cotidiano do trabalho dentro de uma sociedade escravista. Modelos eurocêntricos previamente concebidos, por vezes atrapalham mais do que ajudam. Em nosso texto, ao contrário, procuramos discutir essas circunstâncias, a atuação política da população e a constituição de lideranças populares, enfim aquilo que, em termos hobsbawmianos eurocêntricos, chamam de "grassroots politics".

Nesse sentido, é curiosa a discussão da crítica feita pelo Professor Luiz Geraldo sobre a expressão "Ciclo das revoluções liberais" [sic], quando no texto não utilizamos a expressão "revolução" e sim insurreição². A expressão "insurreição" é clássica. Por si só, cheia de histórias e significados na historiografia nacional há muito discutidos por José Honório Rodrigues, há mais de trinta anos. A opção de mantê-la em nosso texto é uma simples referência à corrente historiográfica que a consagrou. A crítica, porém acabou por analisar unicamente a expressão "insurreição" (um "marco genérico e tradicional"), como se ela invalidasse *a priori* nossas argumentações posteriores. O mesmo se pode dizer da expressão "Ciclo das Insurreições Liberais do Nordeste", que fazemos questão de utilizar, como o nome próprio de um conjunto de processos históricos. Estamos longe de reduzir o que ocorreu na época da Praieira às tensões de 1817 e 1824. Nosso artigo é muito claro nisso. Também não fizemos nenhuma defesa do uso do termo "ciclo", da forma como há tempos a historiografia falava de "ciclo" do açúcar ou da borracha, por exemplo. A expressão "Ciclo das Insurreições Liberais do Nordeste" refere-se a uma conjuntura longa e complexa muito específica, da mesma forma que os historiadores referem-se à Independência do Brasil ou à Revolução de 30, como nomes próprios de processos históricos, mesmo sem acreditar que se trataram realmente de uma independência e de uma revolução. Por fim, cabe ao leitor, ao fazer a sua leitura de forma atenta, tirar suas próprias conclusões.

2

Uma discussão sobre o emprego dos termos revolução, insurreição, rebelião e cabanada, em referência à Praieira pode ser encontrado em CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de Historia*, vol. 23, nº 45, p.209-238, jul. 2003.

Recebido para publicação em setembro de 2008
Aprovado em outubro de 2008